

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	657.300.291
Preferenciais	0
Total	657.300.291
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	2.817.799	2.935.535
1.01	Ativo Circulante	117.186	176.137
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	67.597	76.193
1.01.02	Aplicações Financeiras	15.051	59.671
1.01.03	Contas a Receber	24.919	31.262
1.01.03.01	Clientes	24.638	31.174
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	281	88
1.01.03.02.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	281	88
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.227	5.362
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.227	5.362
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.272	3.249
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	120	400
1.01.08.03	Outros	120	400
1.02	Ativo Não Circulante	2.700.613	2.759.398
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	66.557	71.284
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	26.323
1.02.01.04	Contas a Receber	3.178	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.178	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	58.105	38.629
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	58.105	38.629
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	4.128	5.309
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.146	1.023
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.146	1.023
1.02.03	Imobilizado	24.155	27.673
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.473	4.629
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	19.682	23.044
1.02.04	Intangível	2.609.901	2.660.441
1.02.04.01	Intangíveis	2.609.901	2.660.441
1.02.04.01.02	Intangível	2.574.907	2.623.476
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	34.994	36.965

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	2.817.799	2.935.535
2.01	Passivo Circulante	116.718	124.190
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.009	5.933
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.009	5.933
2.01.02	Fornecedores	11.664	19.404
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.664	19.404
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.371	4.829
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.372	2.275
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	5.372	2.275
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.999	2.554
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	301	-5.440
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	7.077	1.317
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	7.077	1.317
2.01.04.02	Debêntures	-6.776	-6.757
2.01.05	Outras Obrigações	35.944	45.940
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.769	2.466
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.680	2.280
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	89	186
2.01.05.02	Outros	33.175	43.474
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	15.589	19.173
2.01.05.02.05	Verba de Fiscalização	1.385	1.346
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	9.192	15.807
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar CPC 06 (R2)	7.009	7.148
2.01.06	Provisões	55.429	53.524
2.01.06.02	Outras Provisões	55.429	53.524
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	54.030	52.125
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos	1.399	1.399
2.02	Passivo Não Circulante	1.764.751	1.717.187
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.705.702	1.659.678
2.02.01.02	Debêntures	1.705.702	1.659.678
2.02.02	Outras Obrigações	14.047	16.786
2.02.02.02	Outros	14.047	16.786
2.02.02.02.05	Arrendamento mercantil a pagar CPC 06 (R2)	14.047	16.786
2.02.04	Provisões	45.002	40.723
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.117	6.207
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.602	1.421
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	499	770
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	4.016	4.016
2.02.04.02	Outras Provisões	38.885	34.516
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	38.885	34.516
2.03	Patrimônio Líquido	936.330	1.094.158
2.03.01	Capital Social Realizado	1.042.285	1.162.285
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	1.055.785	1.175.785
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	-13.500	-13.500
2.03.04	Reservas de Lucros	10.530	-68.127
2.03.04.01	Reserva Legal	10.530	10.530

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	-78.657
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-116.485	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	114.579	241.395	130.874	253.206
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-117.540	-238.423	-135.793	-257.386
3.03	Resultado Bruto	-2.961	2.972	-4.919	-4.180
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.055	-11.589	-6.715	-13.146
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.152	-11.749	-6.926	-13.358
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.597	-10.815	-6.450	-12.154
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-555	-934	-476	-1.204
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	97	160	211	212
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.016	-8.617	-11.634	-17.326
3.06	Resultado Financeiro	-11.782	-48.687	-33.938	-69.280
3.06.01	Receitas Financeiras	814	3.320	3.166	9.125
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.596	-52.007	-37.104	-78.405
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-19.798	-57.304	-45.572	-86.606
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.730	19.476	15.567	29.619
3.08.02	Diferido	6.730	19.476	15.567	29.619
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.068	-37.828	-30.005	-56.987
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-13.068	-37.828	-30.005	-56.987
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,01990	-0,05760	-0,04560	-0,08670
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,01990	-0,05760	-0,04560	-0,08670

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-13.068	-37.828	-30.005	-56.987
4.03	Resultado Abrangente do Período	-13.068	-37.828	-30.005	-56.987

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	125.948	55.597
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	127.810	145.275
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-37.828	-56.987
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	1.329	196
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-19.476	-29.619
6.01.01.06	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-94	-1.379
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	0	69.479
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	42.281	0
6.01.01.09	Juros e variações monetárias sobre mútuos	0	3.312
6.01.01.10	Despesa / (receita) financeira dos ajustes a valor presente	4.224	4.053
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.238	538
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	30.755	53.710
6.01.01.13	Depreciações e amortizações	105.381	101.972
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.127	-85.849
6.01.02.01	Contas a receber	3.358	-3.087
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-193	-152
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.158	-4.462
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-781	410
6.01.02.06	Pagamento de juros	0	-80.499
6.01.02.07	Outros créditos	280	-1
6.01.02.09	Depósitos judiciais	-123	1.122
6.01.02.11	Fornecedores	-236	2.231
6.01.02.12	Fornecedor - partes relacionadas	90	22
6.01.02.13	Cauções contratuais	454	392
6.01.02.14	Obrigações sociais	76	-308
6.01.02.15	Obrigações fiscais	2.278	-6.628
6.01.02.16	Custo de transação - empréstimos	3.670	-415
6.01.02.17	Outras contas a pagar	-6.615	7.977
6.01.02.19	Taxa de Fiscalização	39	50
6.01.02.20	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-1.328	-2.501
6.01.03	Outros	-3.989	-3.829
6.01.03.01	Outros valores pagos	-3.989	-3.829
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.686	106.963
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-368	-298
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-90.271	-84.409
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-68	-624
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	26.401	980
6.02.05	Aplicação financeira	44.620	191.314
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-114.858	-241.736
6.03.01	Risco Sacado - captação	12.870	12.557
6.03.02	Risco Sacado - pagamento	-7.728	-20.746
6.03.04	Pagamentos de empréstimos - principal	0	-48.492
6.03.08	Pagamentos de principal - empresas ligadas	0	-133.400
6.03.13	Pagamentos de dividendos	0	-51.655

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.03.15	Devolução de capital social	-120.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.596	-79.176
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	76.193	140.245
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	67.597	61.069

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.285	0	10.530	-78.657	0	1.094.158
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.285	0	10.530	-78.657	0	1.094.158
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-120.000	0	0	0	0	-120.000
5.04.09	Devoluções de Capital	-120.000	0	0	0	0	-120.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-37.828	0	-37.828
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-37.828	0	-37.828
5.07	Saldos Finais	1.042.285	0	10.530	-116.485	0	936.330

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.285	0	86.115	0	0	1.248.400
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.285	0	86.115	0	0	1.248.400
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-48.603	0	0	-48.603
5.04.06	Dividendos	0	0	-48.603	0	0	-48.603
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-56.987	0	-56.987
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-56.987	0	-56.987
5.07	Saldos Finais	1.162.285	0	37.512	-56.987	0	1.142.810

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	258.584	272.340
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	203.422	219.912
7.01.02	Outras Receitas	55.162	52.428
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	50.681	49.158
7.01.02.02	Outras	4.481	3.270
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-128.717	-150.163
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.246	-24.008
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.930	-10.113
7.02.04	Outros	-94.541	-116.042
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-50.681	-49.158
7.02.04.04	Custo da Concessão	-10.453	-11.030
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-30.755	-53.710
7.02.04.06	Outros	-2.652	-2.144
7.03	Valor Adicionado Bruto	129.867	122.177
7.04	Retenções	-105.381	-101.972
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-105.381	-101.972
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	24.486	20.205
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.997	9.607
7.06.02	Receitas Financeiras	3.320	9.125
7.06.03	Outros	677	482
7.06.03.02	Juros Capitalizados	700	482
7.06.03.03	Outros	-23	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	28.483	29.812
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	28.483	29.812
7.08.01	Pessoal	16.163	18.825
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.735	13.986
7.08.01.02	Benefícios	3.671	3.708
7.08.01.03	F.G.T.S.	757	1.131
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.541	-10.791
7.08.02.01	Federais	-12.936	-21.965
7.08.02.02	Estaduais	1	13
7.08.02.03	Municipais	10.394	11.161
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.689	75.323
7.08.03.01	Juros	42.281	69.479
7.08.03.02	Aluguéis	20	-122
7.08.03.03	Outras	10.388	5.966
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	0	352
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados Debêntures	700	0
7.08.03.03.03	Outras	9.688	5.614
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-37.828	-56.987
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-37.828	-56.987
7.08.05	Outros	0	3.442
7.08.05.01	Juros - Mútuos	0	3.312
7.08.05.02	Juros Capitalizados - Mútuos	0	130

Comentário do Desempenho



Registro, 12 de agosto de 2020 – A Autopista Régis Bittencourt S.A., Sociedade do grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao primeiro segundo de 2020 (2T20). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado: no 2T20 o tráfego pedagiado foi de 28.013 mil veículos equivalentes. Em relação ao 2T19, houve uma redução no fluxo de veículos de 17,9%, e no comparativo do 1S20 em relação ao 1S19, houve uma redução de 7,5%, decorrente da crise iniciada pela pandemia do Covid-19. Historicamente, os fatores que influenciam no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias, adicionado neste ano pela crise provocada pela pandemia do Covid-19.

Receita Operacional Bruta: a Autopista Régis Bittencourt S.A. obteve uma receita bruta de R\$ 122,6 milhões no 2T20. Em relação ao 2T19, houve uma redução de 12,7% na receita bruta, sendo que a receita de pedágio obteve uma redução de R\$ 19,5 milhões ou 17,9% na comparação deste período, as outras receitas aumentaram 34,3%, representando um aumento de R\$ 563 mil e as receitas de obras cresceram 3,6%, acompanhando o volume de obras. No comparativo dos períodos, a receita operacional bruta reduziu 5% ou R\$ 17,9 milhões, reflexo da redução das receitas de pedágio em 7,5% devido ao tráfego, impactados pela crise conforme apresentada anteriormente.

Custos e Despesas: os custos e despesas no 2T20 reduziram 23,9% (R\$ 21,8 milhões) em relação ao 2T19, tendo como principal variação a redução de 69,9% (R\$ 19,8 milhões) na provisão para manutenção de rodovias. Na comparação do período de 1S20 com o 1S19, os custos e despesas reduziram 14,2, também principalmente em função da redução de 42,7% (R\$ 22,9 milhões) na provisão para manutenção em rodovias.

EBITDA e EBITDA Ajustado: para entendimento do EBITDA e EBITDA Ajustado, destacamos que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado foi calculado a partir da reversão do efeito desta provisão e se equivale ao EBITDA publicado anteriormente à adoção do ICPC 01. Na comparação entre o 2T20 e 2T19, o EBITDA apresentou um aumento de 14,1% (R\$ 5,5 milhões), justificado pela provisão de manutenção em

Comentário do Desempenho



rodovias; o EBITDA Ajustado reduziu 21,1% (R\$ 14,2 milhões), reflexo da redução nas receitas de pedágio. No acumulado do ano, o EBITA cresceu 14,3% e o EBITDA Ajustado reduziu de 7,8%, respectivamente representados por R\$ 12,1 e R\$ 10,8 milhões.

Resultado Financeiro: o resultado financeiro do 2T20 apresentou uma redução de R\$ 22,1 milhões (65,3%) em relação ao 2T19. Na comparação do acumulado do ano, houve um decréscimo de 29,7% ou R\$ 20,5 milhões, sendo ambas reduções justificadas pela queda nas despesas financeiras, impactadas pela redução nas taxas de juros das dívidas com empréstimos tomados, decorrentes da substituição de empréstimos junto ao BNDES por Debêntures.

Prejuízo Líquido: a Sociedade obteve prejuízo de R\$ 13 milhões no 2T20, representando uma variação positiva de 56,4% na comparação ao 2T19, justificado pela redução de custos e despesas e resultado financeiro, conforme justificativas apresentadas anteriormente. No acumulado do ano, o prejuízo registrado foi de R\$ 37,8 milhões ou 33,6%, contra um prejuízo de R\$ 56,9 milhões no primeiro semestre do ano anterior.

Endividamento: a Autopista Régis Bittencourt S.A. encerrou o segundo trimestre com um endividamento de R\$ 1.706 milhões contra R\$ 1.691 milhões no trimestre anterior. A redução se refere aos juros das debêntures tomadas. O endividamento bruto e líquido do 2T20 foi, respectivamente, de R\$ 1.706 e R\$ 1.623,4 milhões e no 1T20 foi de R\$ 1.691 e R\$ 1.619 milhões.

Investimentos: no segundo trimestre de 2020 foram desembolsados R\$ 48 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão, distribuídos principalmente em execução de obras de melhoramentos, execução de obras de manutenção de rodovia, utilizados principalmente na realização de obras de pavimentação, elementos de proteção e segurança, sistemas de drenagem e obras de arte correntes, terraplenos e estruturas de contenção, canteiro central e faixa de domínio, melhorias físicas e operacionais.

A Sociedade estima em 30 de junho de 2020 o montante de R\$683.424 (R\$539.320 em 31 de dezembro de 2019) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$383.772 (R\$523.883 em 31 de dezembro de 2019) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Covid-19: Os impactos da pandemia da Covid-19 iniciada em meados de março de 2020 se estenderam por todo o 2T20, impactando diretamente o tráfego pedagiado. Durante o 2T20, foram sentidos os maiores impactos do alastramento do vírus no Brasil, e em consequência disso, as medidas de restrição sanitárias e protocolos foram adotados praticamente em todo o território nacional.

Diante desse cenário, a Sociedade manteve e aprimorou diversas medidas mitigantes e de proteção que já haviam sido tomadas logo no início da pandemia:

Comentário do Desempenho



- Manutenção do Comitê de crise específico para avaliar os impactos e medidas necessárias a serem tomadas;
- Manutenção da política de home office para todos os colaboradores em funções administrativas e com condições de atuar nessa modalidade;
- Manutenção do rodízio de colaboradores das áreas operacionais em que não é possível a adoção de home office, evitando-se a exposição do maior número de colaboradores possível;
- Suspensão de viagens nacionais e internacionais;
- Suspensão de reuniões externas e reuniões com terceiros dentro dos escritórios;
- Constante comunicação da liderança trazendo todos os novos desdobramentos a respeito de conscientização dos riscos, prevenção, medidas tomadas e orientações das autoridades;
- Atuação frente aos principais bancos a fim de preservar linhas de crédito e liquidez

A tabela abaixo apresentada o comportamento do tráfego dentro do trimestre em comparação aos mesmos períodos do ano passado:

Composição Tráfego - Comercial & Passeio (Mil - Veíc. Equiv.)	Variação				
	Abr19 x Abr20	Mai19 x Mai20	Jun19 x Jun20	2T19 x 2T20	1S19 x 1S20
Régis Bittencourt	-28,8%	-17,2%	-7,6%	-17,9%	-7,5%
Comercial	-26,4%	-16,5%	-5,5%	-16,2%	-6,3%
Passeio	-41,1%	-21,2%	-18,6%	-27,2%	-13,3%

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T20	1T20	2T19	Var% 2T20/1T20	Var% 2T20/2T19	1S20	1S19	Var% 1S20/1S19
Autopista Regis Bittencourt S.A.	28.013	35.547	34.117	-21,2%	-17,9%	63.560	68.711	-7,5%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	2T20	1T20	2T19	Var% 2T20/1T20	Var% 2T20/2T19	1S20	1S19	Var% 1S20/1S19
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	122.629	135.794	140.533	-9,7%	-12,7%	258.423	272.128	-5,0%
Receitas de pedágio	89.653	113.769	109.192	-21,2%	-17,9%	203.422	219.912	-7,5%
Receitas de obras	30.773	19.908	29.701	54,6%	3,6%	50.681	49.158	3,1%
Outras Receitas	2.203	2.117	1.640	4,1%	34,3%	4.320	3.058	41,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.050)	(8.978)	(9.659)	-10,3%	-16,7%	(17.028)	(18.922)	-10,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	114.579	126.816	130.874	-9,6%	-12,5%	241.395	253.206	-4,7%
CUSTOS E DESPESAS	(69.733)	(74.898)	(91.577)	-6,9%	-23,9%	(144.631)	(168.560)	-14,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(25.416)	(26.310)	(26.861)	-3,4%	-5,4%	(51.726)	(52.700)	-1,8%
Custo dos serv. de construção	(30.773)	(19.908)	(29.701)	54,6%	3,6%	(50.681)	(49.158)	3,1%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(4.537)	(6.158)	(6.375)	-26,3%	-28,8%	(10.695)	(12.000)	-10,9%
Remuneração da administração	(555)	(379)	(476)	46,4%	16,6%	(934)	(1.204)	-22,4%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(8.549)	(22.206)	(28.375)	-61,5%	-69,9%	(30.755)	(53.710)	-42,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	97	63	211	54,0%	-54,0%	160	212	-24,5%
EBITDA	44.846	51.918	39.297	-13,6%	14,1%	96.764	84.646	14,3%
Margem EBITDA	53,5%	48,6%	38,8%	10,2%	37,8%	50,7%	41,5%	22,3%
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(52.862)	(52.519)	(50.931)	0,7%	3,8%	(105.381)	(101.972)	3,3%
Depreciação de imobilizado	(257)	(253)	(243)	1,6%	5,8%	(510)	(452)	12,8%
Amortização do intangível	(50.584)	(50.038)	(48.702)	1,1%	3,9%	(100.622)	(97.004)	3,7%
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	-	(586)	-
Amortização do direito de uso	(2.021)	(2.228)	(1.986)	-9,3%	1,8%	(4.249)	(3.930)	8,1%
RESULTADO FINANCEIRO	(11.782)	(36.905)	(33.938)	-68,1%	-65,3%	(48.687)	(69.280)	-29,7%
Receitas financeiras	814	2.007	3.166	-59,4%	-74,3%	2.821	9.125	-69,1%
Despesas financeiras	(12.596)	(38.889)	(37.104)	-67,6%	-66,1%	(51.485)	(78.405)	-34,3%
Variação cambial, líquida	-	(23)	-	-	-	(23)	-	-
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(19.798)	(37.506)	(45.572)	-47,2%	-56,6%	(57.304)	(86.606)	-33,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.730	12.746	15.567	-47,2%	-56,8%	19.476	29.619	-34,2%
Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	6.730	12.746	15.567	-47,2%	-56,8%	19.476	29.619	-34,2%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(13.068)	(24.760)	(30.005)	-47,2%	-56,4%	(37.828)	(56.987)	-33,6%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	2T20	1T20	2T19	Var% 2T20/1T20	Var% 2T20/2T19	1S20	1S19	Var% 1S20/1S19
EBITDA¹	44.846	51.918	39.297	-13,6%	14,1%	96.764	84.646	14,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	8.549	22.206	28.375	-61,5%	-69,9%	30.755	53.710	-42,7%
EBITDA Ajustado²	53.395	74.124	67.672	-28,0%	-21,1%	127.519	138.356	-7,8%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão de manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil CPC 04.

A Autopista Régis Bittencourt é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites ri.arteris.com.br](http://ri.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. é constituída por um mix de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

No trimestre de 01 de abril de 2020 a 30 de junho de 2020 (“trimestre”), e no período de 01 de janeiro de 2020 a 30 de junho de 2020 (“período”) não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exceto pelo mencionado abaixo:

Covid - 19

Em atendimento ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 a Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, a Sociedade adotou diversas medidas e protocolos no sentido de preservar a integridade, saúde e a segurança de todos os seus colaboradores usuários e demais *stakeholders*, além de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, o Governo Federal, através do Ministério da Economia, implementou medidas tributárias e não tributárias com fito de preservação do fluxo de caixa das companhias brasileiras, tendo em vista o exposto na (i) Portaria nº 139/2020, (ii) Portaria nº 245/2020; (iii) Medida Provisória nº 932/2020; e (iv) Medida Provisória nº 927/2020.

- (i) Portaria nº 139 de 3 de abril de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem o pagamento do PIS e COFINS (art. 1º) e Contribuições Previdenciária Patronal (art. 2º) das competências março/2020 e abril/2020 (vencimentos: abril e maio, respectivamente) para o vencimento das competências dos meses julho/2020 e setembro/2020 (vencimentos: agosto e outubro, respectivamente).
- (ii) Portaria nº 245 de 15 de junho de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas diferirem o pagamento da Contribuição Previdenciária Patronal (art. 1º) e do PIS e COFINS (art. 2º) da competência maio/2020 (vencimento: junho) para o vencimento da competência do mês outubro/2020 (vencimentos: novembro).
- (iii) Medida Provisória nº 932 de 31 de março de 2020 reduziu as alíquotas aplicáveis ao das contribuições parafiscais destinadas a entidades privadas de serviços (assistência) social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical (Sistema S), até 30 de junho de 2020.

Notas Explicativas

- (iv) Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020, possibilitou as pessoas jurídicas a: *a*) diferirem o pagamento do FGTS (art. 19) das competências dos meses de março, abril e maio para as competências imediatamente subsequentes, podendo inclusive ser pagamentos parcelados, conforme estabelece o artigo 20 do referido diploma normativa; *b*) antecipação de férias individuais; *c*) postergação do pagamento da remuneração de férias até o 5º (quinto) dia útil do mês imediatamente subsequente ao gozo das férias; e *d*) a concessão de um terço de férias em abono dar-se-á, única e exclusivamente, mediante concordância do empregador (parágrafo único, art. 8º).

A Sociedade adotou estes benefícios previstos nas medidas tributárias e não tributárias (FGTS) implementadas pela União, através do diferimento de tributos e do FGTS, redução das alíquotas do sistema S na determinação das contribuições paraíscais destinadas a outras entidades, concessão de férias antecipadas, postergação do pagamento da remuneração de férias e abono pecuniário de férias.

Ressalta-se, por fim, que as medidas mencionadas acima não excluem a adoção de medidas adicionais e complementares, até o momento não adotadas, como por exemplo aquelas previstas no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (Medida Provisória nº 936/2020).

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis da Autopista Régis Bittencourt S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que detalham os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

A emissão das informações contábeis intermediárias da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 12 de agosto de 2020.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram

Notas Explicativas

divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas Informações contábeis intermediárias.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Reapresentação do fluxo de caixa em 30 de junho de 2019.

Reapresentação de valores correspondentes

(a) Adequação de classificação (CPC 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade entendeu que deve ser mais adequadamente classificado na rubrica de Aplicações Financeiras todo e qualquer título de investimento diferente de “LFT e CDB”, sendo estes “Letra Financeira, NTN, LTN e outros”, que estavam anteriormente classificados na rubrica Caixa e equivalentes de caixa nas suas demonstrações contábeis. A melhor classificação nas respectivas rubricas foi efetuada reapresentando cada um dos valores nas demonstrações contábeis afetadas em períodos anteriores.

Os impactos nas demonstrações dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, são como segue:

Notas Explicativas

	Originalmente Apresentada 30.06.2019	Reclassificação	Reapresentado 30.06.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	(56.987)	-	(56.987)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:	-	-	-
Depreciações e amortizações	101.972	-	101.972
Baixa de ativos permanentes	196	-	196
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(29.619)	-	(29.619)
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(1.379)	-	(1.379)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	3.312	-	3.312
Juros e variações monetárias de empréstimos	69.479	-	69.479
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	4.053	-	4.053
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	538	-	538
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	53.710	-	53.710
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber	(3.087)	-	(3.087)
Contas a receber - partes relacionadas	(152)	-	(152)
Despesas antecipadas	(4.462)	-	(4.462)
Impostos a recuperar	410	-	410
Outros créditos	(1)	-	(1)
Depósitos judiciais	1.122	-	1.122
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	2.231	-	2.231
Fornecedores - partes relacionadas	22	-	22
Cauções contratuais de fornecedores	392	-	392
Direito de uso pagos	(3.829)	-	(3.829)
Obrigações sociais	(308)	-	(308)
Obrigações fiscais	(6.628)	-	(6.628)
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(2.501)	-	(2.501)
Taxa de Fiscalização	50	-	50
Custo de transação - empréstimo	(415)	-	(415)
Pagamento de juros	(80.499)	-	(80.499)
Outras contas a pagar	7.977	-	7.977
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	55.597	-	55.597
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(298)	-	(298)
Aquisições de itens do intangível	(84.409)	-	(84.409)
Aplicação financeira vinculada	(624)	-	(624)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	980	-	980
Aplicação financeira	-	191.314	191.314
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(84.351)	191.314	106.963
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação risco sacado	12.557	-	12.557
Pagamento risco sacado	(20.746)	-	(20.746)
Pagamento empréstimos – principal	(48.492)	-	(48.492)
Pagamentos empréstimo empresas ligadas - principal	(133.400)	-	(133.400)
Pagamento de dividendos	(51.655)	-	(51.655)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(241.736)	-	(241.736)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(270.490)	191.314	(79.176)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO - REAPRESENTADO	369.870	(229.625)	140.245
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO - REAPRESENTADO	99.380	(38.311)	61.069

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, bem como não impactam *covenants* financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

Notas Explicativas

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Caixa e contas bancárias	2.570	2.304
Fundos de investimentos	65.027	73.889
Total	<u>67.597</u>	<u>76.193</u>

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Fundos de investimentos	15.051	59.671
Total	<u>15.051</u>	<u>59.671</u>

Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 95,2% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (97,8% em 31 de dezembro de 2019). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>30.06.2020</u>		<u>31.12.2019</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	20.836	-	22.970
Cupons de pedágio a receber	1.412	-	1.647
Cartões de pedágio a receber	330	-	169
Receitas acessórias a receber (a)	1.981	3.178	6.386
Outras receitas a receber	79	-	2
Total	<u>24.638</u>	<u>3.178</u>	<u>31.174</u>

(a) Receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperada com recebíveis em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Cronograma de recebimento:

	<u>30.06.2020</u>		<u>31.12.2019</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Créditos a vencer	24.498	3.178	27.708
Créditos vencidos até 60 dias	1	-	281
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	2	-	26
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	6	-	278
Créditos vencidos há mais de 180 dias	131	-	2.881
Total	<u>24.638</u>	<u>3.178</u>	<u>31.174</u>

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

Notas Explicativas

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019 é como segue:

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.798)	(57.304)	(45.572)	(86.606)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	6.731	19.483	15.494	29.446
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	(1)	(7)	73	173
Total	6.730	19.476	15.567	29.619
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	6.730	19.476	15.567	29.619
	6.730	19.476	15.567	29.619
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2020	31.12.2019
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	290.100	246.202
Provisão de participação nos lucros	811	2.081
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	6.117	6.207
Outras provisões	1.675	2.464
Provisão para manutenção de rodovias	92.915	86.641
Amortização acumulada de obras futuras	387	344
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	-	2
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	1.374	890
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	34	34
Amortização estorno de capitalização de juros	(10)	(9)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	393.403	344.856
Alíquota nominal	34%	34%
Total	133.757	117.251
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	(584)
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(26)	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	96.350	87.589
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(222.505)	(231.240)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(75.652)	(78.622)
Total do imposto de renda e contribuição social	58.105	38.629

Movimentos de resultados representados por:

Notas Explicativas

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal	24.232	43.898	29.649	52.710
Provisão de participação nos lucros	(1.681)	(1.270)	(1.747)	(1.203)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(639)	(90)	(1.349)	(1.963)
Outras provisões	(87)	(789)	1.083	1.229
Provisão para manutenção de rodovias	(6.502)	6.274	13.186	27.254
Amortização acumulada de obras futuras	22	43	21	43
Pis e Cofins s/receitas	-	-	-	(933)
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(16)	(28)	(15)	39
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	86	484	577	1.178
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14				
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.379	8.761	4.380	8.760
Amortização estorno de capitalização de juros	-	(1)	-	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	19.794	57.282	45.785	87.114
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	<u>6.730</u>	<u>19.476</u>	<u>15.567</u>	<u>29.619</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>6.730</u>	<u>19.476</u>	<u>15.567</u>	<u>29.619</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2022	19.150
2023	30.770
2024	30.770
2025	27.947
Após 2025	<u>25.120</u>
	<u>133.757</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade manteve durante a vigência do empréstimo junto ao BNDES, aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos.

Conforme nota explicativa nº 12, a Sociedade quitou em 12 de dezembro de 2019 o empréstimo junto ao BNDES, extinguindo a obrigação de manter aplicações financeiras vinculadas.

Em 30 de junho de 2020 a Sociedade não possuía mais saldo nestas aplicações (R\$26.323 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2019	25.254	3.372	771	981	89	507	30.974
Adições	811	76					887
Saldo em 30.06.2020	<u>26.065</u>	<u>3.448</u>	<u>771</u>	<u>981</u>	<u>89</u>	<u>507</u>	<u>31.861</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2019	(5.612)	(1.156)	(490)	(358)	(68)	(246)	(7.930)
Amortização	(3.076)	(618)	(246)	(180)	(6)	(123)	(4.249)
Saldo em 30.06.2020	<u>(8.688)</u>	<u>(1.774)</u>	<u>(736)</u>	<u>(538)</u>	<u>(74)</u>	<u>(369)</u>	<u>(12.179)</u>
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2019	19.642	2.216	281	623	21	261	23.044
Saldo em 30.06.2020	17.377	1.674	35	443	15	138	19.682
Taxas de amortização - a.a.	22%	34%	67%	35%	77%	49%	
Ativo em 30.06.2019							
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Adoção Inicial	24.699	3.372	771	1.016	89	507	30.454
Saldo em 30.06.2019	<u>24.699</u>	<u>3.372</u>	<u>771</u>	<u>1.016</u>	<u>89</u>	<u>507</u>	<u>30.454</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(2.744)	(578)	(257)	(179)	(48)	(124)	(3.930)
Saldo em 30.06.2019	<u>(2.744)</u>	<u>(578)</u>	<u>(257)</u>	<u>(179)</u>	<u>(48)</u>	<u>(124)</u>	<u>(3.930)</u>
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2019	21.955	2.794	514	837	41	383	26.524
Taxas de amortização - a.a.	22%	34%	67%	35%	77%	49%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
 (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
 (c) Refere-se a veículos administrativos.
 (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
 (e) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2019	1.006	2.152	626	1.175	4.413	9.372
Adições	35	280	-	-	53	368
Alienações/baixas	-	-	(15)	-	(26)	(41)
Saldo em 30.06.2020	1.041	2.432	611	1.175	4.440	9.699
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2019	(781)	(1.081)	(287)	(591)	(2.003)	(4.743)
Depreciações	(30)	(143)	(81)	(58)	(198)	(510)
Alienações/baixas	-	-	11	-	16	27
Saldo em 30.06.2020	(811)	(1.224)	(357)	(649)	(2.185)	(5.226)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2019	225	1.071	339	584	2.410	4.629
Saldo em 30.06.2020	230	1.208	254	526	2.255	4.473
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2018	1.045	1.686	656	1.175	4.027	8.589
Adições	-	297	-	-	1	298
Saldo em 30.06.2019	1.045	1.983	656	1.175	4.028	8.887
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2018	(778)	(1.006)	(155)	(468)	(1.656)	(4.063)
Depreciações	(32)	(104)	(68)	(63)	(185)	(452)
Saldo em 30.06.2019	(810)	(1.110)	(223)	(531)	(1.841)	(4.515)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2018	267	680	501	707	2.371	4.526
Saldo em 30.06.2019	235	873	433	644	2.187	4.372
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INTANGÍVEL EM ANDAMENTO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (e)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2019	3.388.013	4.699	1.257	3.393.969	36.965	3.430.934
Adições	39.250	16	146	39.412	11.985	51.397
Transferências/reclassificações	14.102	-	(146)	13.956	(13.956)	-
Alienações/baixas	(760)	(6)	(557)	(1.323)	-	(1.323)
Saldo em 30.06.2020	<u>3.440.605</u>	<u>4.709</u>	<u>700</u>	<u>3.446.014</u>	<u>34.994</u>	<u>3.481.008</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2019	(768.389)	(2.104)	-	(770.493)	-	(770.493)
Amortizações	(100.447)	(175)	-	(100.622)	-	(100.622)
Alienações/baixas	8	-	-	8	-	8
Saldo em 30.06.2020	<u>(868.828)</u>	<u>(2.279)</u>	<u>-</u>	<u>(871.107)</u>	<u>-</u>	<u>(871.107)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2019	2.619.624	2.595	1.257	2.623.476	36.965	2.660.441
Saldo em 30.06.2020	2.571.777	2.430	700	2.574.907	34.994	2.609.901
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Intangível em andamento (e)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2018	3.297.127	3.742	791	3.301.660	23.013	3.324.673
Adições	36.551	204	-	36.755	12.998	49.753
Transferências/reclassificações	7.926	-	(91)	7.835	(7.835)	-
Alienações/baixas	(196)	(100)	-	(296)	-	(296)
Saldo em 30.06.2019	<u>3.341.408</u>	<u>3.846</u>	<u>700</u>	<u>3.345.954</u>	<u>28.176</u>	<u>3.374.130</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2018	(573.243)	(1.811)	-	(575.054)	-	(575.054)
Amortizações	(96.796)	(208)	-	(97.004)	-	(97.004)
Alienações/baixas	-	100	-	100	-	100
Saldo em 30.06.2019	<u>(670.039)</u>	<u>(1.919)</u>	<u>-</u>	<u>(671.958)</u>	<u>-</u>	<u>(671.958)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2018	2.723.884	1.931	791	2.726.606	23.013	2.749.619
Saldo em 30.06.2019	2.671.369	1.927	700	2.673.996	28.176	2.702.172
Taxas de amortização - a.a. (c)	5%	20%				

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Intangível em andamento, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principais natureza, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 30 de junho de 2020, a Sociedade capitalizou o montante de R\$700 (R\$482 em 30 de junho de 2019) referente aos custos de empréstimos e debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2020 foi de 0,39% a.a e em 2019 0,37% a.a, do total de juros provisionados no período, vide nota 13.

Notas Explicativas**12. EMPRÉSTIMOS**

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.06.2020	31.12.2019
Risco Sacado	1,33% a.m	Até 60 dias	Aval acionista	6.431	1.317
				<u>6.431</u>	<u>1.317</u>
			Custo de transação	<u>646</u>	<u>-</u>
			Total Geral	<u>7.077</u>	<u>1.317</u>
			Circulante	7.077	1.317
			Não circulante	-	-
			Total	<u>7.077</u>	<u>1.317</u>

Estão representados por:

Moeda nacional	30.06.2020			30.06.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.317	-	1.317	115.343	1.539.714	1.655.057
Captações/Renovações	12.870	-	12.870	12.557	-	12.557
Juros provisionados	-	-	-	50.063	19.768	69.831
Amortização de principal	(7.728)	-	(7.728)	(69.238)	-	(69.238)
Pagamento de juros	-	-	-	(47.124)	-	(47.124)
Transferência	-	-	-	670.400	(670.400)	-
AVP/Risco sacado	(28)	-	(28)	42	-	42
	<u>6.431</u>	<u>-</u>	<u>6.431</u>	<u>732.043</u>	<u>889.082</u>	<u>1.621.125</u>
Custo de transação	646	-	646	(3.381)	(11.644)	(15.025)
Saldo final	<u>7.077</u>	<u>-</u>	<u>7.077</u>	<u>728.662</u>	<u>877.438</u>	<u>1.606.100</u>

Em 30 de junho de 2020, o saldo de R\$6.431 (R\$1.317 em 31 de dezembro de 2019) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 12 de dezembro de 2019, a Sociedade quitou o saldo de R\$637.458 referente à 5ª emissão de Notas Promissórias no valor nominal de R\$600.000 com juros remuneratórios a 107% a.a do CDI. Os recursos obtidos através da emissão foram utilizados para usos corporativos gerais e investimentos não financiados pelo BNDES.

Em 5 de dezembro de 2019, a Sociedade quitou o saldo de R\$960.645 referente ao financiamento de longo prazo junto ao BNDES. O valor justo dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas**13. DEBÊNTURES**

A composição das debêntures é como segue:

Sociedade	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2020	31.12.2019
Regis	8ª Emissão - 1ª Série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun/31	1.040.079	1.012.520
Regis	8ª Emissão - 2ª Série	700.000	CDI + 0,86% a.a.	jun/27	719.820	704.398
					<u>1.759.899</u>	<u>1.716.918</u>
				Custo de transação	(60.973)	(63.997)
				Total	1.698.926	1.652.921
				Circulante	(6.776)	(6.757)
				Não circulante	<u>1.705.702</u>	<u>1.659.678</u>
				Total	1.698.926	1.652.921

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.06.2020			30.06.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	1.716.918	1.716.918	-	-	-
Juros provisionados	-	42.981	42.981	-	-	-
	<u>-</u>	<u>1.759.899</u>	<u>1.759.899</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo de transação	(6.776)	(54.197)	(60.973)	-	-	-
Saldo final	<u>(6.776)</u>	<u>1.705.702</u>	<u>1.698.926</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
8ª Emissão - 1ª Série	19.11.2019	1.000.000	1.000	19.11.2019	1.000.000
8ª Emissão - 2ª Série	19.11.2019	700.000	970	19.11.2019	678.821
		<u>1.700.000</u>			<u>1.678.821</u>

Em 30 de junho de 2020, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	59.401
2022	80.401
2023	92.601
2024	130.153
Após 2025	<u>1.397.343</u>
	<u>1.759.899</u>

As debêntures da 8ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris.

As escrituras de emissão da 8ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

Notas Explicativas

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX})}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;
- (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e
- (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens “Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado” e “Aquisições de Itens do Intangível” do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto.

(b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027

2,5 – 2028

2,0 – 2029

1,5 – 2030

1,0 – 2031

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA Ajustado}}$$

Onde:

- (iv) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e
- (v) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2020, o saldo de R\$11664 (R\$19.404 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$15.589 (R\$19.173 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

Notas Explicativas

	30.06.2020		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	7.148	16.786	23.934
Adições	887	-	887
Utilizações	(4.785)	-	(4.785)
Ajuste a valor presente	1.020	-	1.020
Transferências	2.739	(2.739)	-
Saldo em 30.06.2019	<u>7.009</u>	<u>14.047</u>	<u>21.056</u>
	30.06.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2018	-	-	-
Adições	7.711	22.743	30.454
Utilizações	(4.595)	-	(4.595)
Ajuste a valor presente	1.178	-	1.178
Transferências	2.896	(2.896)	-
Saldo em 30.06.2019	<u>7.190</u>	<u>19.847</u>	<u>27.037</u>

Em 30 de junho de 2020, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	4.186
2022	6.439
2023	3.422
2024	-
Após 2024	-
	<u>14.047</u>

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2020, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$4.754 (R\$8.529 em 31 de dezembro de 2019).

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e as transações realizadas em 30 de junho de 2020 e de 2019, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (a)	-	8
Centrovias S.A. (a)	19	-
Intervias S.A. (a)	-	1
Planalto Sul S.A. (a)	71	25
Fluminense S.A. (a)	-	1
Litoral Sul S.A. (a)	191	53
Contas a receber de partes relacionadas circulante	281	88
Total parte relacionada no ativo circulante	281	88
 <u>Ativo não circulante</u>	 <u>30.06.2020</u>	 <u>31.12.2019</u>
 <u>Passivo circulante</u>	 <u>30.06.2020</u>	 <u>31.12.2019</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	2.680	2.280
Planalto Sul S.A. (a)	18	118
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	71	68
Passivos com partes relacionadas circulante	2.769	2.466
Total do passivo circulante	2.769	2.466

	PERÍODO			
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
<u>Contas de Resultado:</u>	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(6.154)	-	(3.442)	(6.440)
Juros Capitalizados (*)	-	-	130	-
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Centrovias S.A.	(19)	-	-	-
Planalto Sul S.A.	(70)	-	-	(13)
Litoral Sul S.A.	(146)	-	-	(21)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	(18)	-	-
Total	(6.389)	(18)	(3.312)	(6.474)
	TRIMESTRE			
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
<u>Contas de Resultado:</u>	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(3.240)	-	(283)	(3.543)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Centrovias S.A.	(19)	-	-	-
Planalto Sul S.A.	-	-	-	(13)
Litoral Sul S.A.	-	-	-	(21)
Total	(3.259)	-	(283)	(3.577)

- a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias e são remuneradas a preço de custo.

Notas Explicativas

- b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, com regime de contratação por preço contratual, fixo e reajustes conforme variação do índice IPCA a partir do 13º mês, vigência de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 30 de junho de 2020 no valor de R\$518 (R\$422 em 30 de junho de 2019), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, a Sociedade reconheceu o montante de R\$127 e R\$335 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado R\$428 e R\$599 relativo ao rateio da “ *Holding*”, que totalizam R\$555 e R\$934 (R\$476 e R\$1.204 em 30 de junho de 2019), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 17 de julho de 2020, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$600. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$811 e R\$2.081.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

- (a) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 é conforme segue:

Notas Explicativas

	31.12.2019	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2020
Cíveis	770	648	(11)	(908)	499
Trabalhistas	1.421	974	(373)	(420)	1.602
Regulatório	4.016	-	-	-	4.016
Total	<u>6.207</u>	<u>1.622</u>	<u>(384)</u>	<u>(1.328)</u>	<u>6.117</u>

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2019
Cíveis	801	24	-	(438)	387
Trabalhistas	2.331	834	-	(2.063)	1.102
Regulatório	4.656	(320)	-	-	4.336
Total	<u>7.788</u>	<u>538</u>	<u>-</u>	<u>(2.501)</u>	<u>5.825</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$4.016. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$13.160 (R\$16.785 em 31 de dezembro de 2019).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$3.053 em 30 de junho de 2020 (R\$2.947 em 31 de dezembro de 2019).

Os depósitos judiciais no montante de R\$1.146 em 30 de junho de 2020 (R\$1.023 em 31 de dezembro de 2019) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2019	1.399	52.125	34.516	1.399	86.641
Adições/Reversões	-	11.387	19.368	-	30.755
Utilizações	-	(27.713)	-	-	(27.713)
Ajuste a valor presente	-	-	3.232	-	3.232
Transferências	-	18.231	(18.231)	-	-
Saldo em 30.06.2020	<u>1.399</u>	<u>54.030</u>	<u>38.885</u>	<u>1.399</u>	<u>92.915</u>

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	1.399	40.319	30.565	1.399	70.884
Adições/Reversões	-	32.729	20.981	-	53.710
Utilizações	-	(29.289)	-	-	(29.289)
Ajuste a valor presente	-	-	2.833	-	2.833
Transferências	-	13.755	(13.755)	-	-
Saldo em 30.06.2019	<u>1.399</u>	<u>57.514</u>	<u>40.624</u>	<u>1.399</u>	<u>98.138</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2020, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$31.546 (R\$33.954 em 30 de junho de 2019).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 30 de junho de 2019 é de R\$1.055.785 (R\$1.175.785 em 31 de dezembro de 2019), compostos por 657.300.291 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor R\$1.042.285 (R\$1.162.285 em 31 de dezembro de 2019) que representam 651.604.088 ações.

A Sociedade efetuou a redução de capital social no montante de R\$120.000, mediante restituição de capital em moeda corrente, e sem o cancelamento de quaisquer ações conforme ata constituída em 20 de janeiro de 2020.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	89.653	203.422	109.192	219.912
Receita de serviços de construção	30.773	50.681	29.701	49.158
Outras receitas	2.203	4.320	1.640	3.058
Receita bruta	<u>122.629</u>	<u>258.423</u>	<u>140.533</u>	<u>272.128</u>
ISSQN	(4.638)	(10.369)	(5.521)	(11.111)
PIS	(596)	(1.171)	(720)	(1.363)
COFINS	(2.754)	(5.349)	(3.322)	(6.291)
Outras deduções	(62)	(139)	(96)	(157)
Receita líquida	<u>114.579</u>	<u>241.395</u>	<u>130.874</u>	<u>253.206</u>

Notas Explicativas**21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(4.863)	(9.930)	(5.677)	(10.902)
Serviços de terceiros	(7.487)	(15.027)	(7.175)	(14.116)
Conservação	(5.102)	(10.270)	(5.128)	(9.999)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(811)	(1.619)	(857)	(1.647)
Consumo	(1.039)	(2.192)	(1.306)	(2.185)
Transportes	(820)	(1.962)	(1.230)	(2.527)
Verba de fiscalização	(4.156)	(8.312)	(4.024)	(8.048)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	-	(155)	(274)	(411)
Seguros / Garantias	(951)	(1.808)	(904)	(1.769)
Provisão de manutenção em rodovias	(8.549)	(30.755)	(28.375)	(53.710)
Custos de serviços da construção	(30.773)	(50.681)	(29.701)	(49.158)
Depreciação / Amortização	(52.802)	(105.261)	(50.856)	(101.818)
Outros	(187)	(451)	(286)	(1.096)
Total	<u>(117.540)</u>	<u>(238.423)</u>	<u>(135.793)</u>	<u>(257.386)</u>

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(2.728)	(5.299)	(3.586)	(6.716)
Serviços de terceiros	(556)	(1.468)	(1.091)	(1.950)
Manutenção de bens e conservação	(512)	(1.135)	(558)	(828)
Consumo	(301)	(583)	(231)	(476)
Transportes	110	121	(52)	(40)
Seguros/Garantias	(8)	(17)	(9)	(18)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(223)	(1.238)	(172)	(538)
Comunicação e marketing	(79)	(132)	(176)	(340)
Indenizações à terceiros	(2)	(4)	-	(3)
Publicações legais	(4)	(253)	(47)	(270)
Depreciação / Amortização	(60)	(120)	(75)	(154)
Outros	(234)	(687)	(453)	(821)
Total	<u>(4.597)</u>	<u>(10.815)</u>	<u>(6.450)</u>	<u>(12.154)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	190	1.263	3.114	9.073
Créditos fiscais	624	2.051	-	-
Outras receitas	-	6	52	52
Total	<u>814</u>	<u>3.320</u>	<u>3.166</u>	<u>9.125</u>

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(7.913)	(42.281)	(34.020)	(72.791)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.085)	(4.224)	(2.076)	(4.053)
Outras despesas	(2.598)	(5.479)	(1.008)	(1.561)
Total	<u>(12.596)</u>	<u>(51.984)</u>	<u>(37.104)</u>	<u>(78.405)</u>

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Variação cambial líquida:				
Variação cambial	-	(23)	-	-
Total	<u>-</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Do total de R\$42.281 referente a juros de financiamentos, o valor de R\$700 foi capitalizado e reconhecido como adição de intangível no fluxo de caixa.

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa, está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2020	30.06.2019
Total das adições de intangível, intangível em andamento e imobilizado	51.765	50.051
Juros capitalizados - Mútuos e Debentures privadas	-	(130)
Juros capitalizados - financiamentos	-	(352)
Juros capitalizados - debêntures	(700)	-
	<u>51.065</u>	<u>49.569</u>
Aquisição (adições)	(51.065)	(49.569)
Fornecedores	(8.300)	(4.258)
Obrigações fiscais	264	(718)
Contas a pagar - partes relacionadas	213	165
Cauções contratuais	(4.038)	(1.038)
Realização manutenção ICPC 12 em rodovias	(27.713)	(29.289)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e intangível em andamento	<u>(90.639)</u>	<u>(84.707)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período , que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(39.574)	(35.138)

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do lucro diluído por ação:

	30.06.2020		30.06.2019	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do período	(13.068)	(37.828)	(30.005)	(56.987)
Número de ações durante período	657.300	657.300	657.300	657.300
Prejuízo por ação	<u>(0,0199)</u>	<u>(0,0576)</u>	<u>(0,0456)</u>	<u>(0,0867)</u>

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

	Nível	Mensuração (*)	30.06.2020		31.12.2019	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	Nível 1	1	67.597	67.597	76.193	76.193
Aplicações financeiras	Nível 2	1	15.051	15.051	59.671	59.671
Contas a receber clientes	Nível 1	2	24.638	24.638	31.174	31.174
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	2	281	281	88	88
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	-	-	26.323	26.323
Outros Créditos	Nível 1	2	3.298	3.298	400	400
			<u>110.865</u>	<u>110.865</u>	<u>193.849</u>	<u>193.849</u>
Empréstimos e financiamentos (**)	Nível 2	2	645	645	-	-
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	2	6.432	6.432	1.317	1.317
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	2.769	2.769	2.466	2.466
Debêntures (**)	Nível 2	2	1.759.899	1.587.592	1.716.918	1.658.609
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	2	27.253	27.253	38.577	38.577
Taxa de fiscalização	Nível 1	2	1.385	1.385	1.346	1.346
Outras contas a pagar	Nível 1	2	9.192	9.192	15.807	15.807
			<u>1.807.575</u>	<u>1.635.268</u>	<u>1.776.431</u>	<u>1.718.122</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 12

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 30 de junho de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	2,15%	2,69%	3,23%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(21.800)	(25.702)	(29.604)
Receita de aplicações financeiras	1.483	1.853	2.224
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(20.317)</u>	<u>(23.849)</u>	<u>(27.380)</u>
IPCA	1,88%	2,35%	2,82%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(67.237)	(72.345)	(77.453)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(67.237)</u>	<u>(72.345)</u>	<u>(77.453)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(87.554)</u>	<u>(96.194)</u>	<u>(104.833)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 3 de abril de 2020, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

Notas Explicativas

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Em 30 de junho de 2020 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$20.836 (R\$22.970 em 31 de dezembro de 2019) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar, Autoexpresso, Movemais e Veloe, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2020 (após junho)	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Debêntures - CDI	3,01%	-	100.787	89.043	93.812	538.475	822.117
Debêntures - IPCA	6,63%	-	99.388	49.561	50.972	827.250	1.027.171
Fornecedores e cauções contratuais	-	27.253	-	-	-	-	27.253
Fornecedores partes relacionadas	-	2.769	-	-	-	-	2.769
Outras contas a pagar	-	9.192	-	-	-	-	9.192
		<u>39.214</u>	<u>200.175</u>	<u>138.604</u>	<u>144.784</u>	<u>1.365.725</u>	<u>1.888.502</u>

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.07 a 30.09.2020	01.10 a 31.12.2020	01.01 a 31.03.2021	01.04 a 30.06.2021	Total
Debêntures - CDI	3,01%	-	-	-	-	-
Debêntures - IPCA	6,63%	-	-	-	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	-	11.664	15.589	-	-	27.253
Fornecedores partes relacionadas	-	2.769	-	-	-	2.769
Outras contas a pagar	-	9.192	-	-	-	9.192
		<u>23.625</u>	<u>15.589</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.214</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Sociedade.

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2020, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	194.552

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R\$5.123.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Covid-19

A Sociedade esclarece que, dado o cenário atual, é possível que o ritmo de execução das obras possa ser afetado, uma vez que grande parte das empresas prestadoras de serviços também estão em contingência enquanto perdura esse período de crise.

Além disso, ressalta que está envidando todos os esforços para manter o nível de serviços das operações nas rodovias administradas e que segue comprometida com a segurança de seus colaboradores bem como dos usuários das rodovias.

Ressalta ainda, que vem mantendo diálogo com as Agências Reguladoras visando garantir medidas conjuntas para minimizar os impactos na operação das rodovias administradas.

Notas Explicativas

Caso a intensidade e duração do cenário de pandemia se intensifique em patamares não previstos, a Sociedade detém capacidade de gerenciamento, dado o seu acesso a mercados de crédito.

Não obstante aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Sociedade continua monitorando os seus efeitos nos negócios nos meses subsequentes. Nesse sentido, de acordo com o acompanhamento diário de tráfego realizado pela Sociedade, foram comparados os períodos entre 01 a 31 de julho de 2020, ambos comparados contra o mesmo período de 2019.

Os resultados foram de redução de 1,3%. Foram comparadas também as receitas pedagiadas deste período apresentados um total de R\$38.143 em 2020 contra R\$38.655 de 2019.

A Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia, visando avaliar eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar as condições financeiras e patrimoniais além de comprometer a continuidade do negócio, como forma de preservar a adequada prestação dos serviços aos usuários da rodovia.

Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020 embora tenha ocorrido a perda da eficácia do texto normativo, em decorrência da não votação da MP pelo Senado Federal, remanesce a legitimidade dos efeitos dos atos praticados pela Administração da Sociedade durante o prazo de validade (22.03.2020 à 19.07.2020), tendo em vista que a Medida Provisória possui forma de lei, conforme dispõe o caput do art 62 da CRFB; ressalvada a hipótese de edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional, que delibere de forma adversa do exposto na redação da MP, conforme assenta o §3º do art. 62 da CRFB.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Registro – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes dos Fluxos de Caixa

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4 às informações contábeis intermediárias que indica que os valores correspondentes relativos a demonstração dos fluxos de caixa, em 30 de junho de 2019 foram retificados. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (“DVA”) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes, relativos aos balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de fevereiro de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes, relativos às demonstrações, do resultado, do resultado abrangente de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório em 13 de agosto de 2019 (exceto para as divulgações incluídas na nota explicativa nº 4 às informações financeiras intermediárias que tratam dos efeitos retrospectivos em 30 de junho de 2019, cuja data é 12 de agosto de 2020), sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 12 de agosto de 2020.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi

Contador CRC 1SP217348/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Registro, 12 de Agosto de 2020

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Luiz Marcelo de Souza

Diretor de Manutenção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

Registro, 12 de Agosto de 2020

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luiz Marcelo de Souza

Diretor de Manutenção